



# DIÁRIO



# República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 74

QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

**PROJETO DE LEI Nº 26, DE 1991-CN**

**MENSAGEM Nº 82, DE 1991-CN  
(Nº 445/91, na origem)**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.**

(\*) EMENDAS

**RELATÓRIO Nº 7, DE 1991-CN**

**Da Comissão Mista incumbida de apreciar os vetos apostos ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (PL nº 638-C, de 1991, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o Salário Mínimo e dá outras providências."**

**Relator: Paulo Paim.**

Com a Mensagem nº 92, de 1991-CN (nº 463/91, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional os vetos apostos ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o Salário Mínimo e dá outras providências".

O Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidiu vetar, em 5 de setembro próximo passado, sob o fundamento de serem "contrários ao interesse público", onze itens do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

As razões de vetos de Sua Excelência, vale ressaltar, não mencionam inconstitucionalidades, alegam tão-somente serem aqueles dispositivos, no entender do Poder Executivo, contrários ao interesse público, o que evidencia o zelo e o respeito do Congresso ao texto constitucional.

Por tê-los considerado "contrário ao interesse público", o Senhor Presidente da República vetou os dispositivos abai-

xo, os quais passamos a analisar sob a ótica do Poder Legislativo:

1. Parágrafo único do art. 1º

"Art. 1º .....

Parágrafo único. As vantagens asseguradas aos trabalhadores nos acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por posterior acordo, convenção ou contrato coletivo de trabalho."

O dispositivo alcançado por veto presidencial representa um dos princípios fundamentais da liberdade de negociação, segundo os quais "as condições acordadas constituem autêntica lei das partes e contra elas não podem prevalecer decisões de política sócio-econômica do Governo, porquanto só podem ser reduzidas ou suprimidas por um novo pacto entre as partes".

Na fundamentação do veto, o Senhor Presidente da República alega que "o dispositivo confere, indevidamente, vigência ilimitada às cláusulas dos acordos". Ora, o texto vetado apenas reproduz, praticamente na íntegra, o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.788, de 3 de julho de 1989, que vigiu até março de 1990, sem em momento algum comprometer ou contrariar o interesse público, como insinuam as razões de veto do Chefe do Poder Executivo.

Registre-se também que o dispositivo em questão está em perfeita consonância com o disposto no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal, que reconhece e garante o direito adquirido, e disciplina a aplicação do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, que obriga a Justiça do Trabalho a respeitar as disposições convencionais (acordo e convenção) de proteção ao trabalho durante os julgamentos.

2. Art. 5º .....

"Art. 5º Os reajustes previstos nesta lei serão deduzidos da correção salarial, devida por ocasião da data-base de cada categoria."

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

O veto em exame cessa a vigência de um princípio milenar do Direito do Trabalho (*rebus sic stantibus*), que garante a inalterabilidade das condições contratadas. Antes mesmo de existir política salarial, os Tribunais do Trabalho repunham o poder de compra dos salários na data-base da categoria profissional.

Para justificar o veto, o Governo diz que "tal dispositivo, ao conferir obrigatoriedade de correção salarial por ocasião da data-base, reintroduz o pressuposto da indexação automática dos salários, comprometendo a política de estabilização econômica".

Ora, a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso VI, assim como a própria Lei nº 8.222/91, da qual o Presidente suprimiu o art. 5º, assegura a irredutibilidade salarial, princípio que precisa ser preservado com a permanência da reposição salarial na data-base. Ademais, a própria lei, ao estabelecer proteção para as faixas de zero a três salários mínimos, na prática, reindexa o salário.

## 3. Parágrafo único do art. 8º:

"Parágrafo único. Em outubro de 1991, o salário mínimo mensal passará a valer o equivalente a Cr\$46.000,00 (quarenta e seis mil cruzeiros), reajustado pela variação do INPC no mês anterior, incorporada, para mais ou para menos, a antecipação prevista no inciso I do art. 10 desta lei."

Com o veto ao dispositivo em exame, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, contraria o discurso oficial do Governo, que tem sido sempre no sentido de recuperação do poder de compra do salário mínimo. O valor de Cr\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil cruzeiros) em outubro está aquém dos Cr\$. . . . ., garantidos pelas regras da Lei nº 7.789/89, caso esta continuasse em vigor.

O próprio Presidente da República, ao fundamentar o veto, diz que "embora se reconheça a necessidade de recomposição do valor real do salário mínimo, esta recomposição deve ocorrer através de um processo gradual, permitindo a adaptação do Estado — em especial o sistema de seguridade social e a administração pública estadual e municipal — e do setor privado aos novos patamares remuneratórios".

Para um compromisso público de 300 dólares no final de seu Governo, o Senhor Presidente vem se mostrando insensível para com o trabalhador mais humilde, negando-lhe um valor igual ou até inferior a .....dólares.

Estamos conscientes que o novo valor do salário mínimo não comprometerá o interesse público, pelo contrário, irá

fortalecer o mercado interno, distribuir renda e motivar o crescimento econômico.

## 4. Inciso I do art. 10.

"Art. 10 .....

I — A cada bimestre, a partir de outubro de 1991, o valor do salário mínimo será reajustado, a título de antecipação, pelo mesmo percentual de reajuste bimestral a que se refere o § 2º do art. 3º desta Lei".

O veto presidencial pretendeu sumprimir a regra de reajuste bimestral para o salário mínimo, discriminando quem ganha o piso salarial, na medida em que mantém este reajuste para as faixas até três salários mínimos.

A regra de reajuste bimestral para até três salários mínimos, na prática, anula a intenção governamental. Ora, se um está contido em três, é lógico que a regra que vale para três vale para um.

Se vir a prevalecer o veto ou a interpretação do Governo, o salário mínimo de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) ficaria congelado até janeiro de 1992, sendo reajustado naquele mês com base na variação do INPC de setembro a dezembro/90, mais ganho real de 4,02%, e já a partir de fevereiro de 1992, não existiria qualquer legislação dispondo sobre reajuste do salário mínimo. Seria uma interpretação absurda.

## 5. Inciso III do art. 10:

"Art. 10. ....

III — nos períodos subsequentes, o salário mínimo será reajustado pela variação acumulada do INPC do período anterior, acrescido cumulativamente de percentual equivalente a 5% (cinco por cento) ao trimestre e deduzidas as antecipações de que trata o inciso I deste artigo".

O dispositivo vetado pelo Senhor Presidente da República pretende reduzir a periodicidade dos aumentos e reajustes do salário mínimo, de sorte a evitar que alcance o quanto antes o valor capaz de atender ao trabalhador e sua família com alimentação, moradia etc., como prevê o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal.

O próprio Governo, ao manter o art. 9º da Lei nº 8.222/91, concorda com a necessidade de uma política estrutural de recomposição gradual do valor histórico do salário mínimo. Na fundamentação do veto, o Chefe do Governo alega que "o estabelecimento desta regra *ad hoc* significaria um indesejado esvaziamento prévio de tão importante comissão", refe-

rindo-se à Comissão Técnica que tem o prazo de 180 dias, após sua instalação, para propor um novo valor e nova metodologia de atualização e aferição do salário mínimo.

Não há grandes resistências à redução do prazo para reajuste a partir de 1992, a não ser uma vaga citação na razão do veto a um pretensão efeito negativo sobre o índice de inflação da economia.

“Art. 13. A partir de janeiro de 1992, as regras estabelecidas nos arts. 3º, 4º e 10º desta lei serão modificadas de acordo com os seguintes critérios:

I — as antecipações previstas no art. 3º e no inciso I do art. 10º passarão a ser mensais;

II — o reajuste pela variação acumulada do INPC, previsto no art. 4º, passará a ser trimestral.

Parágrafo único. As regras dispostas nos artigos mencionados *nocaput* deste artigo serão adaptadas, por ato do Poder Executivo, em função da presente mudança de frequência do reajuste.”

O veto a este dispositivo tem como fundamento o fato de os salários pressionarem os preços, provocando inflação, como se os salários, sempre defasados, fossem os responsáveis pelo aumento do custo de vida.

Os reajustes mais frequentes para os salários, se justificam sobretudo porque, com a liberação total dos preços, os aumentos dos produtos e serviços estão se dando de forma acelerada, sendo justo que os salários sejam atualizados com maior periodicidade, como forma de amenizar as perdas decorrentes dos frequentes realinhamentos e até aumentos abusivos de preços.

Como a proteção só alcança os menores salários, e eventual efeito inflacionário será mínimo, não se justificando penalizar somente os assalariados.

Arts. 14 e 15. ....

“Art. 14. Na hipótese de a variação acumulada do INPC no trimestre anterior atingir percentual igual ou superior a 15% (quinze por cento), e ressalvado o disposto no art. 15 desta lei, a parcela salarial compreendida entre três e sete salários mínimos será corrigida pelo resíduo inflacionário observado no período.

§ 1º Considera-se resíduo inflacionário o percentual que, aplicado cumulativamente sobre 15% (quinze por cento), produza percentual equivalente à variação acumulada do INPC no trimestre anterior.

§ 2º As faixas superiores a três salários mínimos incorporarão, como adiantamento, o aumento absoluto das faixas inferiores, compensando-o no mês do reajuste previsto no art. 15 desta lei.

Art. 15. É assegurado ainda à parcela salarial compreendida entre três e sete salários mínimos, na data-base e no sexto mês subsequente à data-base de cada categoria, reajuste correspondente à variação acumulada do INPC no semestre anterior, deduzido o percentual correspondente ao resíduo inflacionário eventualmente pago no período.”

Os artigos vetados têm por objetivo instituir reajuste semestral, com antecipação do que excedesse a 15% de inflação no trimestre, para proteger as faixas salariais situadas entre três e sete salários mínimos. As demais parcelas dos salários ficariam para a livre negociação.

A proteção para os menores salários, admitida pelo próprio Governo, foi consenso entre os líderes partidários durante a negociação e votação do projeto no Congresso. Negar essa proteção a quem ganha até sete salários mínimos é uma discriminação injustificada, porquanto até o abono, objeto da lei salarial anterior, protegida a faixa acima de sete mínimos, chegando a dez salários mínimos.

Assegurar o valor real dos baixos salários é também uma forma de valorizar a negociação coletiva, que deve envolver os maiores salários, bem como a melhoria das condições de trabalho e aumento real. Deixar todos os empregados, notadamente os mais humildes, entregue à livre negociação, sem qualquer regra de proteção, é desconhecer o princípio do hipossuficiente, segundo o qual na relação de trabalho é o empregado a parte econômica, social e politicamente mais fraca.

Por outro lado, é de ressaltar-se também o fato de que o reajuste só ocorrerá quando os preços, no trimestre anterior aumentarem acima de 15% cabendo ao trabalhador no período de três meses somente o percentual que exceder a esse limite. Como se vê, é uma regra generosa para com o Governo, feita para evitar impactos no processo inflacionário, colaborando com o Presidente da República neste particular.

8. Art. 16. ....

“Art. 16. É assegurada a recomposição integral das perdas salariais acumuladas a partir de março de 1990, apuradas com base na variação acumulada do INPC no período, cuja forma e prazo de pagamento constarão do disposto em contrato, convenção ou acordo coletivo, laudo arbitral ou sentença normativa.”

O veto a este dispositivo pretende evitar que sejam pagas as perdas salariais acumuladas a partir da posse do atual Presidente da República.

Em suas razões de veto, Sua Excelência, o Presidente da República alega que “o realinhamento dos salários efetuados em fevereiro do ano corrente, na forma do disposto nos artigos 6º e 25 da Lei nº 8.178/91, quitou eventuais perdas salariais anteriores, não se justificando qualquer retroação além deste mês para efeito de cálculo destas perdas”.

Os artigos invocados pelo Chefe do Governo, na verdade, apenas invalidaram medidas provisórias anteriores, instituindo reajuste pela média, e portanto abaixo da inflação, e a política de abonos, com vigência entre os meses de março e agosto de 1991, sem contudo quitar as perdas passadas, que persistiram.

O texto aprovado pelo Congresso e vetado pelo Governo deixa para a negociação, ou seja, a definição em acordo, contrato ou convenção coletiva, a forma e prazo de pagamento das perdas salariais do período, valorizando, como deseja o Senhor Presidente da República, a autocomposição.

9. Art. 17. ....

“Art. 17. Estão incorporados aos salários em geral, assim como ao salário mínimo, os abonos de que trata o inciso III do art. 9º da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991.”

O veto a este dispositivo implica redução salarial, na medida em que suprime o abono que vigorou de março a

agosto de 1991, retornando os salários aos valores de março, numa redução que não encontra amparo no texto constitucional, notadamente nos art. 7º, inciso VI e art. 5º, inciso XXXVI.

Na fundamentação do veto, o Senhor Presidente da República diz que “o dispositivo cria contradição no texto da lei, acerca do salário mínimo, que, fixado em Cr\$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) pelo art. 8º com a incorporação do abono passaria a ter valor diverso”.

Cabe salientar, em primeiro lugar, que o Chefe do Governo menciona apenas o salário mínimo, sem considerar o abono de quem ganha mais de um salário mínimo.

Quanto ao salário mínimo, a alegação do Governo não procede porquanto a palavra “estão” não determina a inclusão de novo valor, mas apenas o reconhecimento que no valor de Cr\$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), se encontram contemplados os abonos para o salário mínimo.

Relativamente as demais faixas salariais, o veto representa uma perda lamentável e inconstitucional, porquanto significa redução nominal de salários, coisa inaceitável pelo ordenamento jurídico em vigor.

10. Art. 18. ....

“Art. 18. Assegurado o disposto nos artigos 41 e 146 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, são extensivas aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social as antecipações previstas no art. 3º desta lei, as quais devem ser descontadas, juntamente com o abono de que trata o art. 146 da Lei nº 8.213/91, quando do primeiro reajuste dos benefícios pela variação integral do INPC, a contar de março de 1991 ou da data de início do benefício, conforme o caso.

Parágrafo único. O percentual garantido a título de antecipação à parcela dos benefícios igual ou inferior a três salários mínimos será aplicado, a partir da competência outubro de 1991, a todos os valores expressos em cruzeiros nas Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.”

O texto alcançado por veto pretende assegurar aos aposentados e pensionistas as antecipações bimestrais asseguradas aos trabalhadores em atividade, como aliás determinam os arts. 41 e 146 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os benefícios previdenciários.

Em suas razões de veto, o Governo diz que “a redação conferida no art. 18, em face de diversas omissões, pode suscitar graves consequências para o equilíbrio financeiro da Previdência Social”. Alega, ainda, que “não foram explicitados o alcance e a periodicidade das antecipações”, para afinal concluir que o veto “não irá comprometer a revisão dos benefícios de prestação continuada por ocasião das alterações do salário mínimo, em conformidade com o disposto na Lei de Benefícios recentemente promulgada”.

O art. 18, ao contrário do que diz o Governo, é suficientemente claro quanto ao alcance das periodicidades das antecipações, ao determinar que sejam aplicados aos benefícios previdenciários, naturalmente para as faixas que a lei salarial protege, as mesmas antecipações do salário mínimo, tal como prevê a Lei Previdenciária, segundo a qual sempre que houver, no bimestre, modificação no valor do salário mínimo, os benefícios serão atualizados.

A compensação, até porque se trata de antecipação, ocorre no mês que houver o reajuste para o salário mínimo, logicamente deduzidas as antecipações, assim como ocorrerá em relação ao salário mínimo.

### Conclusão

Tendo sido cumpridas as formalidades constitucionais pertinentes, concluímos nosso Relatório na expectativa de haveremos propiciado aos nossos pares as informações necessárias e suficientes para o exame e deliberação sobre os vetos apostos ao referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1991. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente — Deputado **Paulo Paim**, Deputado **Tidei de Lima** — Senador **José Fogaça**.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 62ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1991

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PAULO RAMOS — Solicitando da Mesa o encaminhamento à deliberação do Plenário de requerimento que restabelece a Comissão Mista do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Paulo Ramos.

DEPUTADO CARLOS LUPI — Inexistência de “quorum” nas sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO JOÃO ALMEIDA — Comparecimento de Parlamentares às sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Falta de medicamentos essenciais no mercado.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Centenário da sociedade italiana do Rio Grande do Sul.

### 1.2.2 — Offícios

— Nºs 814, 815 e 810/91, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

— Nº 313/91, da Liderança do Bloco Parlamentar, referente a indicação do Deputado José Santana de Vasconcelos para Membro Efetivo da Comissão Mista de Orçamento, na vaga deixada pelo Deputado Christóvam Chiradia.

— Nº 245/91, do Senador Maurício Corrêa, solicitando a substituição do Senador Darcy Ribeiro pelo Senador Abdias do Nascimento, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através dos Requerimentos nºs 493, 593 e 595, de 1991—CN.

### 1.2.3 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 96/91-CN (nº 518/91, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei

nº 35/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$350.000.000,00, para os fins que especifica.

#### 1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 35/91-CN, lido anteriormente, e prazo para tramitação e apresentação de emendas ao mesmo.

#### 1.2.5 — Requerimentos

— Nº 743/91-CN, de urgência para o Projeto de Lei nº 16, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$578.256.000,00 para os fins que especifica. **Aprovado.**

— Nº 744/91-CN, de urgência para o Projeto de Lei nº 24, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, crédito especial, até o limite de Cr\$33.000.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.**

### 1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a rodovia BR-230 — Transamazônica. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que

dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1991 (nº 6/91, na Casa de origem), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves". **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum.**

### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 2, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

### 1.4 — ENCERRAMENTO

### 2 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 48ª Sessão Conjunta, realizada em 20-8-91.

## Ata da 62ª Sessão Conjunta, em 1º de outubro de 1991

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dário Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Mara-

nhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins — Teotônio Vilela Filho.

### E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Marcelo Luz — PTR; Ruben Bento — Bloco.

#### Amapá

Aroldo Goes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvan Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

#### Pará

Alcides Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni

Queiroz — PDT; Hermínio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mario Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Nícias Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Valdir Ganzer — PT.

#### Amazonas

Átula Lins — Bloco; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Ezio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

#### Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Nobel Moura — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

#### Acre

Celia Mendes — PDS; João Maia — Bloco; João Tota — PDS; Mauri Sergio — PMDB; Ronivon Santiago — Bloco; Zila Bezerra — PMDB.

#### Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araújo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC; Paulo Mourão — S/P.

#### Maranhão

César Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Nan Souza — Bloco; Pedro Novais — PDC; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antonio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Edson Silva — PDT; Etevaldo Nogueira — Bloco; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Mauro Sampaio — PSDB; Moroni Torgan — PSDB; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

#### Piauí

B. Sá — S/P; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco.

#### Rio Grande do Norte

Alufzio Alves — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — Bloco; João Faustino — PSDB; Laire Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

#### Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Morais — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivan Burity — Bloco; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Rivaldo Medeiros — Bloco.

#### Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gilson Machado — Bloco; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Mendonça Bezerra — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mavíael Cavalcanti — Bloco; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — Bloco; Pedro Correa — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Roberto Magalhães — Bloco; Salatiel Carvalho — PTR; Sergio Guerra — PSB; Tony Gel — Bloco.

#### Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; Augusto Farias — Bloco; Cleto Falcão — Bloco; José Thomaz Nonô — PMDB; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — S/P; Roberto Torres — PTB; Vitorio Malta — Bloco.

#### Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonancio Fonseca — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Gois — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

#### Bahia

Angelo Magalhães — Bloco; Aroldo Cedraz — Bloco; Benito Gama — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clovis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Felix Mendonça — PTB; Gedel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; Jonival Lucas — PDC; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luis Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Nestor Duarte — PMDB; Prisco Viana — PDS; Sebastião Ferreira — PMDB; Sergio Brito — PDC; Sergio Gaudenzi — PDT; Waldir Pires — PDT.

#### Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Annibal Teixeira — PTB; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Camilo Machado — Bloco; Célio de Castro — PSB; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; José Aldo — PRS; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — PRS; Lael Varella — Bloco; Maurício Campos — PL; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmano Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Afonso Romano — PFL; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Pedro Tassis — PMDB; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannus — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Sergio Naya — PMDB; Tilden Santiago — PT; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

#### Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jones Santos Neves — PL; Jorio de Barros — PMDB; Nilton Baiano — PMDB;

Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB.

### Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Carlos Santana — PT; Cesar Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Fábio Raunheitti — PTB; Flávio Palmier da Veiga — Bloco; Francisco Dornelles — Bloco; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; José Egydio — Bloco; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDT; Marcia Cibilis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Roberto Campos — PDS; Sergio Arouca — PCB; Sergio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

### São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — PTR; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Ary Kara — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Delfim Netto — PDS; Diogo Nomura — PL; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradedella — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Meirelles — PDS; Fausto Rocha — Bloco; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Cicote — PT; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Junrandir Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Maluly Netto — Bloco; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Maurici Mariano — Bloco; Nelson Marquezelli — PTB; Oswaldo Steca — PSDB; Pedro Pavão — PDS; Ricardo Izar — PL; Roberto Rolemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tadashi Kuriki — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Tuga Angerami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

### Mato Grosso

João Teixeira — PL; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL.

### Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Paulo Octávio — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB

### Goiás

João Natal — PMDB; Lázaro Barbosa — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC;

Ronaldo Caiado — S/P; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

### Mato Grosso do Sul

Elizio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marilu Guimarães — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

### Paraná

Antonio Barbara — Bloco; Basilio Villiam — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Elio Dalia-Vecchia — PDT; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; José Felinto — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Haully — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Onaireves Moura — PTB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB.

### Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; Cesar Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Dercio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Luci Choinacki — PT; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Vasco Furlan — PDS.

### Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adilson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antonio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; José Fortunati — PT; Luis Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Paulo Paim — PT; Telmo Kirst — PDS; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência deseja comunicar aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que envidou esforços no sentido de garantir o **quorum** da sessão de hoje. Tanto isso é verdade que, em contato com o Presidente da Câmara dos Deputados, sequenciando uma reunião havida com todos os líderes no gabinete do Presidente do Senado Federal, todas as medidas foram adotadas no sentido de que Senadores e Deputados fossem avisados previamente da realização desta sessão, para que aqui estivessem hoje a fim de permitir a apreciação de vetos presidenciais apostos a vários projetos de lei que necessitam da manifestação conclusiva, definitiva do Congresso Nacional. E no exato momento em que faço a comunicação ao Plenário, transmito o meu apelo a Deputados e Senadores que se encontram



nos seus respectivos gabinetes, para que imediatamente se encaminhem ao plenário, porque hoje vamos proceder à votação de vetos do Senhor Presidente da República já incluídos na Ordem do Dia. O Presidente do Senado — e faço justiça ao Presidente da Câmara dos Deputados — em momento algum deixou de reter aos Líderes, reuniões formais, aos Senadores e Deputados, através de comunicação telegráfica, a necessidade de comparecerem às sessões do Congresso Nacional. Jamais negligenciamos, fomos omissos ou desidiosos. Na última sessão em que votamos vetos, sete deles estavam incluídos na Ordem do Dia, mas apenas um chegou a ser apreciado. E, como já são vários os vetos que aguardam a manifestação do Congresso Nacional, a Presidência reitera neste instante o seu apelo, na expectativa de que Deputados e Senadores venham ao plenário, para que na noite de hoje procedamos à apreciação dos vetos dentro da única sistemática preconizada pela Constituição e pelo Regimento Comum, que é a votação dos vetos do Senhor Presidente da República.

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no semestre passado, tive a oportunidade de encaminhar a V. Exª um requerimento subscrito por mais de um terço dos Srs. Senadores e por mais de um terço dos Srs. Deputados, com o objetivo de ver restabelecida a Comissão Mista de que trata o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para que fosse concluído o exame pericial, contábil e analítico da dívida externa, já que, na Legislatura anterior, tal determinação constitucional não foi cumprida.

Aproveito a oportunidade para manifestar a minha homenagem ao Deputado Raimundo Bezerra, aqui presente, que integrou, na Legislatura anterior, a referida comissão e manifestou, em vários pronunciamentos, a sua justa indignação pelo fato de o Congresso Nacional não ter cumprido, justamente naquela ocasião, um imperativo constitucional. Já tive oportunidade de conversar no gabinete de V. Exª sobre o tema, como também aqui no plenário, e agora me vejo no dever de cobrar publicamente providências para ver atendido aquele requerimento, na medida em que V. Exª, em despacho cuja data no momento não me recordo, opina pela inclusão do mesmo na pauta para apreciação do Plenário.

Solicito, portanto, a V. Exª que realmente encaminhe o requerimento a ser apreciado pelo Plenário, para que possamos dar continuidade àquele trabalho, até porque o prazo de doze meses estabelecido na Constituição, não prescreve em função da sua inobservância pelo Congresso Nacional. Estou encaminhando esta semana uma consulta ao Supremo Tribunal para dirimir esta dúvida. Mas, de qualquer maneira, independente da resposta a essa consulta, apelo a V. Exª para que realmente tome as providências necessárias à implementação do que é requerido, com a subscrição de mais de um terço dos Srs. Deputados e mais de um terço dos Srs. Senadores, para que possamos cumprir uma determinação constitucional, e o Congresso Nacional não fique omissos numa questão tão relevante para a sociedade brasileira e para o Brasil como um todo, que é o exame da dívida externa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência adotará as providências reclamadas pelo Deputado

Paulo Ramos, embora já tenha incluído essa matéria entre as que devem ser examinadas pelas lideranças partidárias. Essa, porém, relacionada que está com o dispositivo constitucional explícito, vai conduzir a Presidência, no menor espaço de tempo, já que fluíu um prazo razoável entre a apresentação do requerimento e a formulação dessa questão de ordem, a buscar uma saída imediata, atendendo ao que postula o ilustre Deputado Paulo Ramos. Portanto, a reunião com as lideranças partidárias está programada possivelmente para a próxima quinta-feira, quando incluiremos essa matéria. Quem sabe até antes disso adotaremos a solução, mesmo em caráter unipessoal, porque decidido pela Mesa, para dirimir essa pendência suscitada pelo ilustre Deputado Paulo Ramos.

**O Sr. Carlos Lupi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS LUPI** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não me quero tornar um Parlamentar que reiteradamente perturba a tradicional ordem da Casa, mas, em todas as sessões do Congresso Nacional, até o dia em que, numa venturosa noite, consigamos ter **quorum**, farei o meu protesto por não alcançarmos neste segundo semestre, numa sessão sequer, número para votar vetos presidenciais.

Já é uma grande dificuldade a opinião pública aceitar nossa função de Parlamentar e político por omissão, por não estarmos presentes às sessões do Congresso Nacional. Ocorrerá, neste final de ano, aquilo que já ocorre há várias e várias Legislaturas: nos quinze dias anteriores ao nosso recesso, mais uma vez haverá atropelo de pauta, matérias de alta relevância serão votadas sem um estudo aprofundado, necessário para termos um posicionamento claro.

Faço um apelo a todos os Parlamentares que nos estão escutando neste momento — e a Presidência já tem envidado os esforços possíveis nesse sentido — para que tenham consciência do seu papel, que é estarem presentes na Casa para votar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência considera absolutamente procedentes as reclamações do nobre Deputado Carlos Lupi, do PDT do Rio de Janeiro, com referência ao comparecimento de seus pares às reuniões do Congresso Nacional.

No momento em que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal já ultrapassaram aquela vulnerabilidade de não decidirem por falta de **quorum**, não tem sentido, agora, remanescer, no âmbito do Congresso, esse empecilho, que deve ser imediatamente superado, para que reabilitemos também a sua imagem, apreciando os vetos apostos pelo Senhor Presidente da República a numerosos projetos de lei já apreciados pelo Congresso Nacional ou por ambas as Casas deste Parlamento.

**O Sr. João Almeida** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, temos assistido, nas últimas semanas, à sistemática repetição da falta de **quorum** nas ses-

sões do Congresso Nacional. Temos uma pauta da maior importância, que precisa ter sequência, precisa ser votada, e é necessário que sobre ela se tome decisão.

Na Câmara dos Deputados, temos adotado a prática de reuniões dos líderes partidários no início de cada mês, para definição de uma pauta que oriente os nossos trabalhos, falemos a negociação sobre procedimentos e até sobre as próprias matérias. Isto tem possibilitado a agilização das votações na Câmara dos Deputados, com resultados animadores. Com este aperfeiçoamento, acredito que vamos vencer as dificuldades que também estamos enfrentando na Câmara.

Penso que não podemos continuar nessa situação sem tomar alguma medida, V.Exª, Parlamentar de grande experiência, deve saber aquilatar essa questão melhor do que eu, que sou novo nesta Casa, mas sugiro que examine a possibilidade de promover reuniões também entre os Líderes do Congresso, para tentar alinhar uma sistemática de trabalho e garantir que esta Casa se pronuncie sobre as matérias constantes da pauta. Há possibilidade de se agregar votações e, se o problema é mesmo de bancadas ou de partidos que têm interesse em manter a pauta obstruída, que isso apareça como uma posição política. A sociedade há de compreender. Não queremos impedir, de forma alguma, que seja utilizado o estatuto da obstrução política, que é natural.

Mas é preciso que seja colocado dessa forma. Não há por que estarmos em processo de obstrução política, e o responsável por isso ser o partido tal, a bancada tal, se é esta a questão. Não podemos é continuar passando uma imagem para a sociedade de que o Congresso Nacional não se reúne e não delibera; e, quando delibera, é na base de pegar a matéria que está numa posição à frente e pôr numa posição mais próxima de votação, para impedir que, a rigor, tudo se paralise. Porque, se não fosse essa prática que vínhamos adotando neste Plenário, sob a liderança de V.Exª, estaria esta Casa, a rigor, em grandes dificuldades.

Fica a sugestão, que é uma tentativa de contribuir para que V.Exª, junto conosco, que temos interesse em ver esta Casa andar, possa achar uma alternativa que garanta a apreciação e a decisão desta Casa sobre as questões que se encontram em pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Líder João Almeida, a Mesa, deseja informar a V.Exª que, na terça-feira, dia 24 de setembro, foi realizada, no gabinete do Presidente do Senado, uma reunião com os Líderes da Câmara e do Senado, com um comparecimento muito estimulante. Os Líderes presentes, pensando as responsabilidades, entenderam que a omissão seria extremamente desfavorável para o Congresso Nacional, e atenderam ao apelo no sentido de comparecerem às sessões.

Além disso, na última quinta-feira, o Presidente Ibsen Pinheiro e eu endereçamos um telegrama a todos os Senadores e Deputados. Enquanto a mim coube fazer a comunicação aos Senadores, ao Presidente Ibsen Pinheiro coube a tarefa junto aos seus pares na Câmara dos Deputados. Acredito que ninguém deixou de receber essa comunicação.

Evidentemente, aquilo que depende da Mesa do Congresso está sendo feito no momento. Lamentamos que, a essa altura dos nossos trabalhos, ainda não estejam presentes aqueles Senadores e Deputados que trariam a mim, Presidente do Congresso, a tranquilidade que todos desejamos ter hoje: aquela de cumprir exemplarmente o dever.

Portanto, a Mesa acha que a falta de reunião de Lideranças não se registrou, porque essa reunião ocorreu na terça-feira, dia 24 de setembro. Os telex foram transmitidos. O que falta realmente é que os Deputados e Senadores que se acham em seus respectivos gabinetes se desloquem para cá, porque hoje vamos ter votação. Logo após o pronunciamento do Deputado Elias Murad, iniciaremos a apreciação dos vetos do Senhor Presidente da República, constantes da Ordem do Dia.

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a fim de dar uma contribuição ao esforço da Presidência, sugiro que, logo após, obviamente, ao pronunciamento do Deputado Elias Murad, iniciemos a votação. Seguramente, a partir da primeira votação, haverá um afluxo de Congressistas ao planário. Penso, assim, que teremos dificuldade somente na primeira votação, em termos de tempo para concluí-la, mas, nas seguintes, tenho certeza de que teremos mais facilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Perfeitamente, nobre Deputado. A Presidência concederá a palavra ao nobre Deputado Elias Murad e, logo a seguir, iniciará o processo de votação. Portanto, esta Presidência, antes que a Casa tenha a oportunidade de ouvir o ilustre representante de Minas Gerais, o cientista e Deputado Elias Murad, espera que os Srs. Parlamentares se desloquem para o plenário, porque, logo em seguida ao pronunciamento de S. Exª passaremos à votação da primeira matéria constante do avulso da Ordem do Dia.

**O SR. ELIAS MURAD** (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Congressistas, antes de fazer o meu pequeno pronunciamento, quero lembrar aqui que há várias Comissões funcionando, e uma delas pelo menos com dezenas de Parlamentares. Trata-se da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Talvez fosse interessante V.Exª determinar a algum funcionário da Mesa para fazer um apelo, a fim de que essas Comissões encerrem seus trabalhos, e assim possam os Srs. Parlamentares que ali se encontram dirigir-se ao plenário.

É a sugestão que faço a V.Exª

Sr. Presidente, colegas Congressistas, como médico e Parlamentar, estou profundamente preocupado com fatos que vêm ocorrendo no nosso comércio farmacêutico, principalmente com a falta de medicamentos no mercado. Nesse sentido, tenho em mãos, recorte de jornal com uma notícia recente, que diz textualmente o seguinte: "Farmácias continuam sem 13 medicamentos".

São muito mais do que 13, Sr. Presidente, colegas Congressistas, mas, em relação a esses 13 remédios, gostaria de salientar alguns pontos fundamentais. Primeiro, são medicamentos indispensáveis, essenciais, alguns deles talvez até necessários à manutenção da vida dos pacientes que deles se utilizam. Por exemplo, está aqui na lista o Gardenal, que é um antiepiléptico vastamente empregado para combater convulsões; o Diabinese, que é um hipoglicemiante usado por inúmeros diabéticos; está aqui também o Aerolin, produto muito usado pelos portadores de asma brônquica, e o Dilacolo.

ran, empregado pelos portadores de doenças cardíacas. Sr. Presidente, gastaria muito tempo enumerá-los todos. São medicamentos essenciais, muitas vezes, para salvar uma vida ou então manter o paciente produtivo, como é o caso por exemplo, dos hipoglicemiantes orais, usados para combater o diabetes. E o que nos provoca uma profunda indignação é que todos esses medicamentos da lista são fabricados por multinacionais farmacêuticas, que estão no País há muitos anos e que controlam 85%, no mínimo, da produção farmacêutica do Brasil.

Portanto, este é um protesto que faço aqui, utilizando o plenário do Congresso Nacional, pela falta desses medicamentos essenciais para o que, na minha opinião, só há uma explicação: essas multinacionais, que detêm marcas e o direito de comercialização desses produtos, querem simplesmente aumentar os preços. Para isso, procuram pressionar os pacientes, a fim de que esses, correndo risco na sua saúde ou mesmo na sua vida, pressionem as autoridades para que liberem os preços, o que me parece vai acontecer dentro em breve, ou já está acontecendo em relação a alguns deles.

Faço de público este protesto, chamando a atenção das autoridades do Ministério da Saúde para que providenciem no sentido de que esses medicamentos sejam colocados na RENAME — Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — da CEME, Central de Medicamentos, para que, assim, possamos ficar liberados dessa dependência das multinacionais farmacêuticas.

Finalizando, trago a V.Ex<sup>as</sup> uma notícia recente, vinda em um boletim internacional. O boletim "Cancer Pain Release", que quer dizer o alívio das dores do câncer, informa que hoje é perfeitamente possível controlar esses sofrimentos, mesmo nos doentes terminais, com a utilização de morfina por via oral, geralmente associada ou não a outros produtos comuns do mercado farmacêutico. Esse produto está faltando no Brasil por uma série de razões, como, por exemplo, os problemas de comercialização e baixo preço. Nesse caso, também é fundamental providências das autoridades competentes, para que a morfina a ser ministrada por via oral seja produzida pela Central de Medicamentos - CEME - a fim de que possamos permitir aos nossos doentes cancerosos terminais, pelo menos uma morte com dignidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Deputado Victor Faccioni.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, no dia 19 de janeiro de 1991, a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul comemorou seu centenário de fundação.

No período da imigração italiana no Rio Grande do Sul, os imigrantes oriundos do norte da Itália se dirigiam para o interior do Estado, pois vinham com a finalidade de colonizar as novas terras, e a serra gaúcha mais se identificava com a região onde viviam na pátria-mãe.

Os imigrantes oriundos do sul da Itália procuraram fixar-se em Porto Alegre. Tanto uns como outros, em terra estranha, procuravam reunir-se em grupos, quer por uma questão de alternativas e busca de sobrevivência, quer para contar com um apoio nas dificuldades, e poder partilhar as vitórias, quer ainda para conversas na própria língua.

Assim, com essa finalidade, em 19 de janeiro de 1891, os imigrantes italianos que se fixaram em Porto Alegre fundaram a Sociedade Aurora.

Com o passar do tempo a Sociedade foi trocando de nome, passando para Sociedade Elena de Montenegro, Círculo Italiano, Centro Ítalo Brasileiro para, finalmente em 1989, denominar-se Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul.

A partir de 1945, período pós-guerra, muitos outros imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul — sendo que a maioria desenvolvia atividades comerciais, artesanais, profissionais liberais — oriundos do sul da Itália e se fixaram igualmente em Porto Alegre.

O ponto de apoio e acolhida sempre foi o grupo dos italianos reunidos em sociedade.

Hoje, a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul, considerada a sociedade *mater* de todas as sociedades italianas, por que não é regionalista e engloba sócios representativos de toda a Itália, conta com mais de 1.500 sócios, entre titulares e dependentes.

O objetivo, hoje, é principalmente o de divulgar a cultura italiana para a comunidade brasileira e para os descendentes de imigrantes italianos, para não perderem o vínculo e as raízes com a pátria-mãe.

A Sociedade Italiana desenvolve ampla atividade para divulgação da cultura italiana através da culinária, de cursos de italiano, da música, da dança, dos esportes, do folclore, das artes, e das tradições.

Mantém cursos da língua italiana com mais de 500 alunos, entre crianças e adultos, distribuídos em diversos estágios de aprendizagem, com mais de 10 professores, sendo que alguns têm formação na Itália. Mantém salas de áudio-visual, biblioteca com mais de 1.500 livros em italiano, à disposição dos alunos e sócios.

Conta com o grupo folclórico Monte Polino, com 84 integrantes entre mini, mirins e adultos, todos filhos de sócios, cujas apresentações com trajes típicos envolveram danças de todas as regiões da Itália.

O Coral da Sociedade Italiana é composto por mais de 16 vezes, entre tenores e sopranos, aos cuidados de um maestro, e realiza apresentação mensal aos sócios e convidados especiais.

Além do lançamento de diversos livros em italiano e de autores italianos, a Sociedade Italiana foi protagonista do lançamento do livro "Ricordo de una terra lontana", de Maria Feuli e Fiori Giuseppe Marrone.

Promove exposições de artes, como a recente mostra de pinturas de Maria di Jesu e palestras de cunho social, político e científico, com a participação de sócios e não sócios. Organiza excursões turísticas no Estado, no País e no exterior.

Dentro de um intercâmbio científico, promove a distribuição de bolsas de estudos para alunos do curso da língua italiana e cursos pós-universitários em diversas áreas.

Na parte social, são inúmeras as festividades da Sociedade, dentre elas a "Comenda dos Paparazzi" realizada duas vezes por ano, e a "Comenda dos Priori" ou "Serata Calabrese", para saudar a Nossa Senhora do Carmo, sempre venerada pelos italianos. Promove chás, almoços, pois a gastronomia é uma das características marcantes dos italianos. Ao redor de uma mesa e com um copo de vinho, a festa está feita.

Na parte esportiva, igualmente a Sociedade se faz presente. Além de contar com sede própria localizada na rua João Telles, recentemente adquiriu uma área para construção de sua sede campestre.

A Itália conta em torno de 50 milhões de habitantes outros 50 milhões, contados até a terceira geração, estão fora da Itália, principalmente na Austrália, nos Estados Unidos, na

Argentina, no Uruguai, no Canadá e no Brasil. No Brasil, a maioria dos italianos e de seus descendentes se localiza no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, no Paraná e no oeste de Santa Catarina.

Atualmente a Sociedade Italiana é presidida pelo Sr. Antônio Pierino Gugliotta, tendo como Vice-Presidente os Srs. Ângelo Gerace e Tommaso Di Lorenzo, integrada, ainda, a sua diretoria por diversos membros da sociedade, atuando nos diversos Departamentos.

Faço o presente registro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como testemunho de um trabalho sócio-cultural do maior valor, que, ao longo de cem anos, vem sendo feito em Porto Alegre e em todo o Rio Grande do Sul pela plêiade de descendentes da Itália, reunidos em torno da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul. Aqui ficam, pois, nos Anais desta Casa dos representantes do povo brasileiro, os nossos cumprimentos e o nosso aplauso a quantos, como a atual Diretoria, emprestaram ou emprestam o seu apoio e a sua colaboração à Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul, entidade benemerita, sem sombra de dúvidas, exemplo da contribuição que se interliga e sucede de pai para filho, legado seguro para as próximas gerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides)— Não há mais oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, ofícios que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Ofício SGM/P nº 814

Brasília, 27 de setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 339, de 26 de setembro p.p., da Liderança do PDS, a indicação do Deputado Prisco Viana, para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Lourenço.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

Ofício SGM/P nº 815

Brasília, 27 de setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 340, de 26 de setembro p.p., da Liderança do PDS, a indicação do Deputado Fernando Carrion, para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar irregularidade na administração do FGTS, em substituição ao Deputado Felipe Mendes.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

SGM/P nº 810

Brasília, 27 de setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 425/91, da Liderança do PSDB, seja feita a seguinte alteração na representação daquela Bancada, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

Titular: — Deputado Sérgio Machado

Suplente: — Deputado Geraldo Alckmin Filho

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

Ofício nº 313-L-BI. Parl./91

Brasília, 23 de setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Tenho satisfação de indicar a V. Ex<sup>a</sup> o nome do Deputado José Santana de Vasconcelos para Membros Efetivo da Comissão Mista de Orçamento, na vaga deixada pelo Deputado Christovam Chiaradia.

Aproveitando esta oportunidade, reitero a V. Ex<sup>a</sup> os meus protestos de elevado apreço. — Deputado **Ricardo Fiuza**, Líder do Bloco Parlamentar.

Brasília, 26 de setembro de 1991

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens especiais, solicito de Vossa Excelência a substituição do nome do Senador Darcy Ribeiro pelo do nobre Senador Abdias Nascimento, como membro das seguintes comissões:

a) Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 493, de 1991 — CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituição de ensino e pesquisa do Brasil (titular);

b) Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira, criada através do Requerimento nº 593, de 1991 — CN (titular); e

c) Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação, criada através do Requerimento nº 595, de 1991 — CN (suplente).

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e consideração. — Senador **Maurício Corrêa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

#### MENSAGEM Nº 96, DE 1991 — CN

(nº 518/91, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$350.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 30 de setembro de 1991. — **Fernando Collor**.  
E.M. Nº 393

Em, 24 de setembro de 1991

A sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República.

Senhor Presidente,

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária solicita abertura de crédito especial no valor de Cr\$350.000.000,00

(trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), em favor da Companhia de Colonização do Nordeste — COLONE, empresa vinculada àquele órgão.

2. O presente crédito especial tem por objetivo incluir no vigente Orçamento Fiscal da União dotações destinadas à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais da referida Companhia de Colonização, mediante criação de um novo Grupo de Despesa.

3. Ressalte-se que a Colone, embora venha recebendo recursos do Orçamento da União ao longo de sua existência, somente no corrente ano passou a configurar no Orçamento como uma Unidade específica, em decorrência de Emenda do Congresso Nacional ao projeto de lei do Executivo que se transformou na atual Lei de Meios.

4. A viabilidade do presente crédito dar-se-á à conta de recursos originários da própria empresa, mediante remanejamento de recursos entre Grupos de Despesa, dentro do mesmo subprojeto orçamentário.

5. As despesas serão atendidas conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas, assim, as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar o referido crédito especial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

#### PROJETO DE LEI Nº 35, DE 1991 — CN

**Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$350.000.000,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, e favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito especial no valor de Cr\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA 22102 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		350.000	350.000						
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		350.000	350.000						
COLONIZAÇÃO		350.000	350.000						
DE 011 0007 1000 PROJETO DE CAMPUS DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		350.000	350.000						
DE 011 0007 1000 0100 COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NORDESTE	FISCAL	350.000	350.000						
TOTAL FISCAL		350.000	350.000						

Folha 2

#### 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA 22107 - COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NORDESTE

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		350.000	350.000						
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		350.000	350.000						
COLONIZAÇÃO		350.000	350.000						
DE 011 0007 1000 PROJETO DE COLONIZAÇÃO		350.000	350.000						
IMPLEMENTO A ORGANIZAÇÃO ESPECIAL DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE TERRAS E PARTICIPANTES DO IMPLANTAMENTO, COMPROMISSO A EMPREGAÇÃO AGRÍCOLA E PRODUÇÃO DE COLONIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FISCAL									
- FAMILIA ASSISTENCIAL (UNIDADES) = 40.000									
- ESCOLA COMUNITÁRIA (UNIDADES) = 5									
- SERVIÇO SOCIAL (UNIDADES) = 1									
DE 011 0007 1000 0100 COLONIZAÇÃO DO ALTO NORTE	FISCAL	350.000	350.000						
FAMILIA ASSISTENCIAL (UNIDADES) = 40.000									
ESCOLA COMUNITÁRIA (UNIDADES) = 5									
SERVIÇO SOCIAL (UNIDADES) = 1									
TOTAL FISCAL		350.000	350.000						

**CREDITO ESPECIAL**

4-312 11

**CREDITO ESPECIAL**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

EXCERPTS BY TOPAS AS FURNISH A 'PATRIOTIC' AD

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		350.000				350.000			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		350.000				350.000			
COLONIZAÇÃO		350.000				350.000			
DE 015 POST 1950		350.000				350.000			
PROJETOS E CAMPO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		350.000				350.000			
DE 017 POST 1950 DITE	FISCAL	350.000				350.000			
COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NOROESTE									
TOTAL FISCAL		350.000				350.000			

**MEMORANDUM**

4342 11

**MEMORANDUM**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECORDED BY 10347 AS 07/11/53 1 TRANSFERENCE 14

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO		150.000				150.000			
MANUTENÇÃO DE MATERIAIS		100.000				100.000			
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS		100.000				100.000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS		100.000				100.000			
MANUTENÇÃO DE COLONIZAÇÃO		100.000				100.000			
MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO RURAIS E PARTICIPANTES EM INTERMEDIÁRIAS AGRÍCOLAS E EXPANSÃO AGRÍCOLA E MANUTENÇÃO A ORGANIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA RÍGIDA									
MANUTENÇÃO ASSISTIDA (UNIDADE) = 10.000									
MANUTENÇÃO RÍGIDA (UNIDADE) = 3									
MANUTENÇÃO RÍGIDA (UNIDADE) = 4									
MANUTENÇÃO DE OBRAS									
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ALTO TIPO									
MANUTENÇÃO RÍGIDA (UNIDADE) = 10.000									
MANUTENÇÃO RÍGIDA (UNIDADE) = 3									
MANUTENÇÃO RÍGIDA (UNIDADE) = 4									
TOTAL GERAL		100.000				100.000			

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Sobre a me-requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMIENTO N° 743, DE 1991-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 16/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$578.256.000,00, para os fins que especifica. (Tribunal Regional Federal da 1ª Região — MG; TRT da 3ª Região — MG e TRT da 12ª Região — SC)

**Sala das Sessões, 1ª de outubro de 1991. — Genebaldo Correia — José Genoíno — Victor Faccioni — Gastone Righi — Augusto Carvalho.**

- a) Dia 2/10 — distribuição de avulsos.
- b) Dia 10/10 — prazo para apresentação de emendas perante a comissão.
- c) Dia 25/10 — prazo para a comissão encaminhar à mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas.

REQUERIMIENTO N° 744, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 24/91, Congresso Nacional, que

autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, Crédito Especial, até o limite de Cr\$33.000.000,00, para os fins que especifica.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 1991. — **Genebaldo Correia — Vivaldo Barbosa — Haroldo Lima — Ricardo Izar — Marco Maciel — Humberto Lucena — José Genoíno.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 16, de 1991-CN.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 24, de 1991-CN.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados os requerimentos. A Presidência convocará oportunamente sessão conjunta para apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Passa-se à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento assinado pelo Líder do PT, Deputado José Genoíno, e pelo Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, de cujo teor o Sr. Secretário dará conhecimento ao Plenário.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 745, 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos regimentais inversão da pauta de hoje, passando os itens a serem apreciados na seguinte ordem:

Itens: 2 — 4 — 6 — 3 — 5 — 21 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 — 1 — 22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 e 29.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 1991. — **José Genoíno**, Líder do PT — **Vivaldo Barbosa**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Srs. Líderes José Genoíno e Vivaldo Barbosa que venham à Mesa prestar esclarecimentos sobre a inversão agora pretendida, para que seja submetida a matéria à votação. (Pausa.)

Em razão de não estarem presentes os nobres líderes referenciados, a Presidência, cumprindo norma regimental explícita: vai processar a votação da forma como se acha organizada a Ordem do Dia da sessão de hoje.

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Com a palavra V. Exª

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Vivaldo Barbosa assi-

nou o requerimento pela Liderança do PDT. Estando um Vice-Líder de plantão, não pode representar sua inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Já se acha no plenário o nobre Líder Vivaldo Barbosa.

**O Sr. Cardoso Alves** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Com a palavra V. Exª

**O SR. CARDOSO ALVES** (PRB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª havia anunciado o item I da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Mas V. Exª há de convir que chegaram os dois Líderes. Em razão disso, a Mesa vai submeter à votação a inversão da pauta agora solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em votação a inversão da pauta na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a inversão pleitada permaneçam como se encontram.

**O Sr. Pedro Pavão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Com a palavra V. Exª

**O SR. PEDRO PAVÃO** (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pediria a verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O nobre Líder Pedro Pavão solicita verificação de **quorum** na Câmara dos Deputados.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento nas respectivas bancadas. Vai ser cumprida a solicitação, que é regimental, do nobre Líder do PDS.

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Com a palavra V. Exª

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a verificação é de **quorum**?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — É de votação do próprio requerimento de inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Vai ser processada a verificação de votação na Câmara dos Deputados do requerimento de inversão dos nobres Líderes Vivaldo Barbosa e José Genoíno.

A Presidência esclarece que essa votação não é secreta, é uma votação aberta.

**O Sr. Carlos Lupi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. CARLOS LUPI** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a título de informação, o nobre Líder que representa o Bloco pediu verificação de votação. Se não houve votação, que verificação será feita?

**O Sr. Pedro Pavão** — Solicitei verificação para votação.

**O SR. CARLOS LUPI** — Mas não houve votação; como V. Exª vai pedir verificação?

**O Sr. Pedro Pavão** — A matéria foi colocada em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece que submeteu a matéria à votação na Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas aí estão, testemunhando exatamente a manifestação da Presidência. Em razão disso, o nobre Deputado Pedro Pavão, Líder do PDS, solicitou a verificação em função desse requerimento. Se não houvesse um requerimento sendo votado, obviamente não seria **oportuno temporeo** requerimento de S. Exª

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª anunciou o resultado da votação? Se aprovado ou não o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Não, não houve anúncio, porque a votação é simbólica.

**O SR. PAULO RAMOS** — Sei. Mas, na votação simbólica, a Presidência anuncia o resultado, a partir do qual fica aberta a perspectiva de se pedir a verificação. Em tendo colocado o requerimento de inversão da pauta em votação, a Presidência anunciou o resultado para possibilitar o pedido de verificação da votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — No próprio instante em que a Presidência anunciava a votação na Câmara dos Deputados, o nobre Líder se aproximou do microfone e solicitou a verificação. Portanto, o nobre Líder Pedro Pavão fez a solicitação, e a Mesa a deferiu. Assim sendo, esta Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em suas bancadas, a fim de procedermos à verificação de votação pelo sistema eletrônico.

**O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O Sr. ALOÍSIO VASCONCELOS** (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos votar agora o requerimento lido e aprovado na Câmara. Entretanto, foi solicitada a verificação de **quorum**. Ocorre que, neste momento, no Anexo II, estão reunidas duas Comissões, sendo que uma delas está com o plenário literalmente tomado, com a presença, no mínimo, de trinta ou quarenta Deputados. Solicito a V. Exª determine que aquelas reuniões ora em andamento sejam suspensas para que os demais Deputados possam vir a este plenário manifestar seu voto. Não é possível procedermos à votação, enquanto estão ausentes vários colegas que participam dos trabalhos de Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Informo ao nobre Deputado Aloísio Vasconcelos que a assessoria da Mesa, em nome da Presidência, já comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que encerre seus trabalhos, para que os Deputados integrantes da mesma possam deslocar-se para este plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em votação a inversão de pauta na Câmara. Srs. Deputados, queiram registrar seus códigos de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência vai oficializar, se existir **quorum**, ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que S. Exª tome as providências de sua alçada.

Temos absoluta certeza de que o Presidente Ibsen Pinheiro adorará todos os recursos coercitivos que garantam a presença neste plenário dos Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como votam os Srs. Líderes?

**O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS** (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Bloco, agora que é visível a chegada dos Srs. Deputados, orienta o voto “não”.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS orienta o voto “não”.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não sei saímos de uma reunião de bancada para votar em plenário, como estamos solicitando que os companheiros do PT votem “sim”. A inversão da pauta é fundamental para que possamos limpá-la. Parece que o Governo continua obstruindo a pauta.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB orienta a votação “sim”.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL orienta o voto “não”.

**O Sr. Miro Teixeira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sendo a votação nominal, peço a V. Exª que considere o meu voto e o contabilize como “sim”, porque errei ao votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada da retificação feita pelo Líder Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** — Peço a V. Exª que o considere antes da promulgação do resultado.

**O Sr. Sérgio Machado** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. SÉRGIO MACHADO** (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB recomenda a sua bancada o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência vai proceder ao encerramento da votação.

Lembro aos Srs. Congressistas que com um pouco mais de esforço alcançaremos o **quorum** necessário.

Como votam os Srs. Líderes?

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.



**O SR. JESUS TAJRA** (Bloco — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar vota “não”.

**O Sr. Flávio Derzi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. FLÁVIO DERZI** (Bloco — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de retificar meu voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Osvaldo Reis** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. OSVALDO REIS** (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de retificar meu voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — V. Exª será atendido.

Gostaria de lembrar aos Srs. Congressistas que faltam apenas 22 Parlamentares para garantir o **quorum** necessário.

**O Sr. Tony Gel** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. TONY GEL** (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto. Votei “sim” equivocadamente. Gostaria de modificá-lo para “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Será procedida alteração solicitada.

**O Sr. João Teixeira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Deputados que chegaram agora dizem que se estão confundindo com frequência e votando “sim”, sendo que o voto é “não”.

**O Sr. Pedro Pavão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. PEDRO PAVÃO** (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já terminou a frequência aos postos. V. Exª pode encerrar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência, da forma mais didática possível, anunciou a votação. Todos os Srs. Parlamentares já votaram?

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Comissão Mista de Orçamento está concluindo uma votação. Alguns Parlamentares já vieram para cá e outros estão se deslocando para o plenário. É importante esperar, Sr. Presidente, os que estão chegando para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência concede mais dois minutos para que os Parlamentares cheguem a este plenário.

**O Sr. Antônio dos Santos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS** (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, alerta o Líder José Genoíno para que V. Exª espere os que estão chegando. Digo para os que chegam que a recomendação do Bloco é no sentido do voto “não”.

**O Sr. José Genoíno** — Mas eu digo que venham votar.

**O Sr. Paulo Delgado** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. PAULO DELGADO** (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em meu nome e no do Partido dos Trabalhadores, nesta sessão do Congresso Nacional, registro nosso pesar pelo falecimento prematuro do grande líder, companheiro e amigo Brandão Monteiro, no Rio de Janeiro, neste fim de semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência se associa à homenagem que no âmbito do Congresso Nacional se presta ao notável homem público Brandão Monteiro, que aqui pontificou pela sua competência e, sobretudo, pelo seu inextinguível espírito público. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal já homenagearam o ilustre Parlamentar do Rio de Janeiro, nascido no Maranhão. Neste instante em que se reúne o Congresso Nacional, e naturalmente falando em nome de todo o Plenário, quando o Líder Paulo Delgado faz a sua comunicação, a Mesa rende o tributo da sua admiração ao grande representante do Rio de Janeiro, Deputado Brandão Monteiro. S. Exª vinha iniciando uma administração à frente da Secretaria de Transportes, que se auspiciava das mais fecundas, pelo seu tirocínio e pela sua experiência no desempenho desta mesma função na anterior administração do Sr. Leonel Brizola.

Fica, pois, a homenagem do Congresso Nacional à figura extraordinária de homem público que foi Brandão Monteiro, representante do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Vai se proceder ao encerramento da votação.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — V. Exª está com a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos associar-nos a V. Exª nas referências, na homenagem e na manifestação de pesar em relação ao falecimento do ilustre homem público e Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro.

Para nós, que convivemos com S. Exª na Constituinte, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, é uma perda significativa, como é também para a democracia e para a luta por transformações da sociedade brasileira.

Achamos oportuna a manifestação de V. Exª nesta sessão do Congresso Nacional, a primeira que se realiza após o seu falecimento. Estendemos o nosso pesar pelo infausto acontecimento que entristeceu esta Casa, respaldado na declaração de V. Exª, Sr. Presidente aos seus familiares, aos membros do Partido Democrático Trabalhista à população do Rio de Janeiro e a todos aqueles que com Brandão Monteiro tiveram referência de uma liderança combativa, dedicada, que defendia seus pontos de vista, mas, ao mesmo tempo, discutia com todas as posições dentro do Congresso Nacional.

Foi muito oportuna a manifestação de V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Não há dúvida, nobre Líder José Genoíno, as duas Casas do Congresso já haviam tributado homenagens ao Deputado Brandão Monteiro. Também nós, reunidos formalmente no Congresso Nacional, expressamos nossa profunda saudade pelo desaparecimento de homem público que, com tanta dignidade, exerceu o mandato de representante do povo do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, no Congresso Nacional.

*Procede-se à votação.*

#### VOTARAM OS SRS. DEPUTADOS

##### Roraima

Alceste Almeida — Sim;  
Francisco Rodrigues — Sim;  
João Fagundes — Abstenção;  
Marcelo Luz — Não.

##### Amapá

Gilvam Borges — Sim;  
Murilo Pinheiro — Não;  
Sérgio Barcellos — Não;  
Valdenor Guedes — Não.

##### Pará

Alacid Nunes — Não;  
Carlos Kayath — Não;  
Eliel Rodrigues — Sim;  
Giovanni Queiroz — Sim;  
Mário Chermon — Sim;  
Mario Martins — Sim;  
Paulo Rocha — Sim;  
Valdir Ganzer — Sim.

##### Amazonas

Euler Ribeiro — Sim;  
Ézio Ferreira — Não;  
José Dutra — Sim;  
Ricardo Moraes — Sim.

##### Rondônia

Jabes Rabelo — Sim;  
Pascoal Novaes — Não;  
Raquel Cândido — Sim.

##### Acre

Celia Mendes — Não;  
Zila Bezerra — Sim.

##### Tocantins

Edmundo Galdino — Sim;  
Freire Júnior — Não;  
Hagahus Araújo — Abstenção;  
Osvaldo Reis — Sim;  
Paulo Mourão — Sim.

##### Maranhão

Cesar Bandeira — Sim;  
Cid Carvalho — Sim;  
Costa Ferreira — Sim;  
Daniel Silva — Sim;  
João Rodolfo — Abstenção;  
José Burnett — Abstenção;  
José Carlos Sabóia — Sim;  
Nan Souza — Abstenção;  
Paulo Marinho — Sim;  
Rosana Sarney — Sim.

##### Ceará

Aécio Borba — Não;  
Antonio dos Santos — Não;  
Ariosto Holanda — Sim;  
Etevaldo Nogueira — Sim;  
Gonzaga Mota — Sim;  
Jackson Pereira — Sim;  
Luiz Girão — Sim;  
Maria Luiza Fontenele — Sim;  
Sérgio Machado — Sim.

##### Piauí

B. Sá — Sim;  
Ciro Nogueira — Não;  
Felipe Mendes — Não;  
Jesus Tjara — Não;  
João Henrique — Sim;  
José Luiz Maia — Não;  
Paes Landim — Não.

##### Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — Sim.

##### Paraíba

Adauto Pereira — Sim;  
Efram Moraes — Não;  
Evaldo Gonçalves — Sim;  
Francisco Evangelista — Sim;  
José Luiz Clerot — Sim;  
Rivaldo Medeiros — Abstenção.

##### Pernambuco

Alvaro Ribeiro — Sim;  
Fernando Bezerra Coelho — Sim;  
Gilson Machado — Não;  
Gustavo Krause — Sim;  
Inocência Oliveira — Não;  
José Carlos Vasconcellos — Não;  
José Múcio Monteiro — Não;

Luiz Piauhyllino — Sim;  
Maurílio Ferreira Lima — Sim;  
Miguel Arraes — Abstenção;  
Osvaldo Coelho — Sim;  
Renildo Calheiros — Sim;  
Roberto Magalhães — Não;  
Sérgio Guerra — Sim;  
Tony Gel — Sim.

#### Alagoas

Luiz Dantas — Sim;  
Olávio Calheiros — Abstenção;  
Roberto Torres — Não.

#### Sergipe

Cleonancio Fonseca — Abstenção;  
Djenal Gonçalves — Sim;  
José Teles — Sim;  
Messias Cois — Não.

#### Bahia

Benito Gama — Não;  
Beraldo Boaventura — Sim;  
Clovis Assis — Abstenção;  
Eraldo Tinoco — Não;  
Félix Mendonça — Não;  
Haroldo Lima — Sim;  
Jabes Ribeiro — Sim;  
Jaques Wagner — Sim;  
João Almeida — Sim;  
Jorge Khoury — Sim;  
José Carlos Aleluia — Não;  
José Falcão — Não;  
Luis Eduardo — Não;  
Luiz Moreira — Não;  
Nestor Duarte — Sim;  
Prisco Viana — Não;  
Sergio Guadenzi — Sim.

#### Minas Gerais

Aécio Neves — Sim;  
Agostinho Valente — Sim;  
Aloisio Vasconcelos — Sim;  
Anníbal Teixeira — Sim;  
Armando Costa — Não;  
Avelino Costa — Não;  
Célio de Castro — Sim;  
Elias Murad — Sim;  
Felipe Neri — Sim;  
Fernando Diniz — Sim;  
Getúlio Neiva — Não;  
Israel Pinheiro — Sim;  
João Paulo — Sim;  
José Santana de Vasconcellos — Não;  
Lael Varella — Não;  
Maurício Campos — Não;  
Nilmário Miranda — Sim;  
Paulino Cícero de Vasconcelos — Sim;  
Paulo Afonso Romano — Abstenção;  
Paulo Delgado — Sim;  
Paulo Heslander — Sim;  
Pedro Tassis — Não;  
Sandra Starling — Sim;

Wilson Cunha — Abstenção;  
Zaire Rezende — Sim.

#### Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes — Não;  
João Baptista Motta — Não;  
Jones Santos Neves — Não;  
Nilton Baiano — Sim;  
Paulo Hartung — Sim;  
Rita Camata — Abstenção;  
Roberto Valadão — Sim.

#### Rio de Janeiro

Aldir Cabral — Sim;  
Ártur da Távola — Sim;  
Benedita da Silva — Sim;  
Carlos Alberto Campista — Sim;  
Carlos Lupi — Sim;  
Carlos Santana — Sim;  
César Maia — Sim;  
Cidinha Campos — Sim;  
Fábio Raunheitti — Não;  
Flávio Palmier da Veiga — Não;  
Francisco Dornelles — Sim;  
Jamil Haddad — Sim;  
Jandira Feghali — Sim;  
José Egydio — Não;  
Junito Abi-Ramia — Sim;  
Miro Teixeira — Não;  
Paulo Portugal — Sim;  
Paulo Ramos — Sim;  
Simão Sessim — Sim;  
Vivaldo Barbosa — Sim.

#### São Paulo

Alberto Haddad — Sim;  
Aloizio Mercadante — Sim;  
André Benassi — Sim;  
Antônio Carlos Mendes Thame — Sim;  
Arnaldo Faria de Sá — Não;  
Cardoso Alves — Não;  
Delfim Netto — Não;  
Diogo Nomura — Não;  
Eduardo Jorge — Sim;  
Ernesto Gradella — Sim;  
Fábio Feldmann — Sim;  
Fabio Meirelles — Não;  
Fausto Rocha — Não;  
Gastone Righi — Sim;  
Geraldo Alckmin Filho — Sim;  
Heitor Franco — Não;  
Hélio Bicudo — Sim;  
Irma Passoni — Sim;  
José Cicote — Sim;  
José Dirceu — Sim;  
José Genoíno — Sim;  
Jurandy Paixão — Sim;  
Maluly Netto — Não;  
Marcelo Barbieri — Sim;  
Nelson Marquezelli — Sim;  
Osvaldo Stecca — Sim;  
Pedro Pavão — Não;  
Ricardo Izar — Não;

Roberto Rollemberg — Sim;  
Robson Tuma — Não;  
Solon Borges dos Reis — Sim;  
Tadashi Kuriki — Sim;  
Tuga Angerami — Sim;  
Valdemar Costa — Abstenção.

#### Mato Grosso

João Teixeira — Não;  
Joaquim Sucena — Sim;  
Jonas Pinheiro — Não;  
Rodrigues Palma — Não;  
Wellington Fagundes — Não.

#### Distrito Federal

Augusto Carvalho — Sim;  
Benedito Domingos — Abstenção;  
Eurides Brito — Não;  
Maria Laura — Sim;  
Sigmarina Seixas — Sim.

#### Goiás

João Natal — Sim;  
Lúcia Vânia — Sim;  
Luiz Soyer — Sim;  
Roberto Balestra — Não;  
Virmondes Cruvinel — Não.

#### Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Não;  
Flávio Derzi — Sim;  
George Takimoto — Não;  
Waldir Guerra — Não.

#### Paraná

Antônio Barbara — Sim;  
Basilio Villani — Não;  
Carlos Scarpelini — Não;  
Elio Dalla-Vecchia — Sim;  
Ivanio Guerra — Não;  
Joni Varisco — Sim;  
Luiz Carlos Hauly — Sim;  
Max Rosenmann — Sim;  
Otto Cunha — Não;  
Pedro Tonelli — Abstenção;  
Romero Filho — Sim;  
Rubens Bueno — Sim;  
Werner Wanderer — Não;  
Wilson Moreira — Sim;

#### Santa Catarina

Ângela Amin — Sim;  
Dejandir Dalpasquale — Sim;  
Dércio Knop — Sim;  
Hugo Biehl — Não;  
Jarvis Gaidzinski — Não;  
Luiz Henrique — Sim;  
Nelson Morro — Não;  
Neuto de Conto — Sim;  
Orlando Pacheco — Não;  
Paulo Duarte — Sim;  
Ruberval Pilotto — Não;  
Vasco Furlan — Abstenção.

**Rio Grande do Sul**

Adão Pretto — Sim;  
 Adroaldo Streck — Sim;  
 Adylson Motta — Sim;  
 Amaury Müller — Sim;  
 Antônio Brito — sim;  
 Carrion Júnior — Sim;  
 Celso Bernardi — Não;  
 Fernando Carrion — Não;  
 Ivo Mainardi — Sim;  
 João de Deus Antunes — Sim;  
 José Fortunati — Sim;  
 Nelson Jobim — Sim;  
 Nelson Proença — Sim;  
 Odacir Klein — Sim;  
 Paulo Paim — sim;  
 Telmo Kirst — Não;  
 Valdomiro Lima — Sim;  
 Victor Faccioni — Não;  
 Wilson Müller — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Algum Deputado deixou de votar?

Encerrada a votação. A Presidência vai proclamar o resultado: votaram “sim” 152 Srs. Deputados; votaram “não” 83 Srs. Deputados; houve 17 “abstenções”. Total: 252.

O requerimento foi aprovado.

Aprovada a inversão na Câmara dos Deputados, o requerimento é submetido ao Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Aprovado o requerimento em ambas as Casas, fica feita a inversão solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Item 2 da pauta, cuja apreciação começará pela Câmara dos Deputados.

**O Sr. Elcio Álvares** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ELCIO ÁLVARES** (PFL — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação à votação no Senado, peço verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Mesa já anunciou a decisão do Senado Federal. Conseqüentemente, não poderia acolher a solicitação de V. Exª. Mas, na primeira votação que ocorrer, V. Exª, se assim o desejar, poderá solicitar a verificação no Senado Federal.

**O Sr. Haroldo Sabóia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. HAROLDO SABÓIA** (PDT — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto “sim” relativo à votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Procedida a retificação pedida pelo nobre Deputado Haroldo Sabóia.

**O Sr. Elcio Álvares** — Sr. Presidente, não foi acolhida a minha solicitação?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência já havia anunciado a aprovação no Senado Federal e a matéria que seria o Item 2 da Pauta. Não fora isso, evidentemente a Mesa teria mandado proceder à verificação solicitada pelo nobre Líder Elcio Álvares, uma das grandes expressões do Senado Federal e do Parlamento brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990**  
(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mensagem nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

É o Item 2 da pauta que passa a ser votado em primeiro lugar em razão da inversão concedida há poucos instantes. A votação se iniciará pela Câmara dos Deputados, e a Mesa deseja que as Lideranças se pronunciem a esse respeito, de acordo com a tradição da Casa.

Como votam os Srs. Líderes?

**O SR. CARLOS LUPI** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “não” ao veto presidencial.

**O SR. PAULO HARTUNG** (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

**O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS** (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco recomenda a seus liderados a votação “sim”, pela manutenção do veto presidencial.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”. A matéria já está superada pela nova lei que esta Casa aprovou.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL vota “sim”.

**A SRA. EURIDES BRITO** (PTR — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o PTR orienta o voto “sim”.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “não”.

**O SR. JOSÉ LUIZ MAIA** (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PC do B — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

**O SR. CARRION JÚNIOR** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Instruída a matéria, a Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento na bancada, para ter início a votação pelo sistema eletrônico.

A Mesa esclarece aos Srs. Deputados que não admitirá, por haver espaço suficiente no plenário, o voto nos postos

avulsos. Portanto, todos os Srs. Deputados devem votar nos seus respectivos lugares.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Mesa havia anunciado que não haveria votação nos postos avulsos.

Diante do apelo das Lideranças, a Presidência irá permiti-lo.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência vai encerrar a votação.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Luíza Fontenele** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE** (PSB — CE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, quero registrar que votei “sim”, mas o meu voto deve ser “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada da manifestação de V. Ex<sup>a</sup> Sendo sigiloso o voto da matéria, evidentemente a Mesa não tem condições de cumprir a solicitação de V. Ex<sup>a</sup> Mas a Casa fica inteirada do seu posicionamento, sempre muito correto e coerente.

**O Sr. José Carlos Sabóia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA** (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do PSB, homenageio aquele que considerava um dos Parlamentares mais íntegros e mais duros no combate, na época da Constituinte, Brandão Monteiro. É uma homenagem de todos nós do PSB e, imagino, de todos os democratas desta Casa àquele que deixou muita saudade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Deputado José Carlos Sabóia, esta Casa há poucos instantes homenageou, pela manifestação do Líder Paulo Delgado e pela minha própria, em nome de todos os Srs. Senadores e Deputados, a memória imperecível do extraordinário homem público que foi Brandão Monteiro, com quem convivi aqui tão de perto durante os trabalhos de elaboração constitucional, quando foram inúmeras as suas propostas, todas elas marcadamente direcionadas para o interesse público. Portanto, com a homenagem que o Senado Federal já prestara ontem — a Câmara já o fizera, e, no início desta sessão o próprio Congresso Nacional, pela minha voz, em nome de todos os Srs. Deputados e Senadores — tributamos o preito da nossa profunda admiração e sincera saudade ao notável homem público que foi Brandão Monteiro, que vinha realizando uma administração que se auspicava das mais fecundas na Secretaria Estadual de Transportes do Rio de Janeiro.

**O Sr. Vivaldo Barbosa** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VIVALDO BARBOSA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nós, da bancada do PDT, nos sensibilizamos com as considerações de V. Ex<sup>a</sup> Já fizéramos

hoje um registro na sessão da Câmara dos Deputados, na qual diversos Parlamentares de correntes políticas várias trouxeram o seu pesar, a sua dor, o seu sofrimento pelo falecimento do Deputado Brandão Monteiro. De maneira que nós, da bancada do PDT, agradecendo as manifestações a V. Ex<sup>a</sup>, registramos aqui, na sessão do Congresso Nacional, que não apenas nós estamos doídos, sofridos pelo passamento de Brandão Monteiro. Sem dúvida alguma, a Pátria brasileira tem razão de sentir dor neste instante, porque morreu um patriota, defensor das causas nacionais, que nunca se entregou, de forma alguma, na defesa dos interesses maiores da Nação brasileira e, em especial, na defesa dos interesses e dos direitos do povo trabalhador deste País.

Sr. Presidente, o povo trabalhador perdeu um imenso lutador, perdeu um aliado extraordinário; a Pátria perdeu um filho que devotou sua vida à defesa dos interesses maiores do nosso País. Morreu um grande patriota. Vamos sentir muito a sua falta, pelo seu companheirismo, e, acima de tudo, porque estava sempre de mãos dadas conosco nas lutas maiores em defesa dos interesses deste País.

Sr. Presidente, registramos com agradecimento profundo e sensibilizados as manifestações a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Realmente, nobre Líder Vivaldo Barbosa, o Deputado Brandão Monteiro foi um extraordinário homem público. Nos momentos em que tivemos oportunidade de com ele conviver, sempre vimos em Brandão Monteiro aquele Parlamentar absolutamente correto, um homem público marcado por uma inquestionável linha de coerência, nos debates travados nesta Casa, nas frequentes intervenções que fazia no mesmo microfone que V. Ex<sup>a</sup> ocupa neste dia. Brandão Monteiro pontificou como uma das figuras estelares da vida parlamentar brasileira, servindo nesta legislatura ao honrado Governo do Rio de Janeiro, que tem à frente o Governador Leonel Brizola.

**O Sr. Vivaldo Barbosa** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VIVALDO BARBOSA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicitaria a paciência de V. Ex<sup>a</sup> com um grupo de Parlamentares que, neste instante, estão negociando textos do Emendão no gabinete do Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente desta Casa. As notícias que temos é de que lá se encontram diversos companheiros de bancadas de partidos conservadores ou de bancadas de partidos que apóiam o Governo, que estão negociando fórmulas acerca do Emendão. Pediria também, além da paciência, que V. Ex<sup>a</sup> mandasse um emissário da Mesa solicitar a esses Parlamentares que venham pelo menos assegurar o **quorum** e possibilitar a continuidade dos esforços daqueles colegas que estão querendo valorizar os trabalhos do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Vivaldo Barbosa, V. Ex<sup>a</sup> sabe que a paciência da Mesa é inesgotável. Em atenção a V. Ex<sup>a</sup>, a Mesa aguardará mais três minutos.

Peço aos Srs. Deputados que se desloquem para este plenário. Há necessidade de pelo menos mais vinte Srs. Deputados. A Mesa aguardará a chegada daqueles que, exercitando outras atividades nesta Casa, devem deslocar-se imediatamente para o plenário.

A Sr<sup>a</sup> Jandira Feghali — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, desejo reiterar o apelo de V. Ex<sup>a</sup>

Todo o esforço feito na primeira votação, em que os Parlamentares saíram das reuniões nas Comissões para prestigiar o Plenário e possibilitar o avanço de nossos trabalhos nesta Casa, não se está repetindo neste momento, ou seja, dez minutos depois. É um absurdo que fiquemos com a imagem de Parlamentares que não trabalham e não conseguem desenvolver os trabalhos do Congresso Nacional, não apenas da Câmara dos Deputados, que há semanas vem tentando garantir esta votação e não consegue.

Alguns Parlamentares, até rompendo o acordo feito na reunião de Líderes hoje pela manhã, tentaram recuperar sua articulação em torno do Emendão. Sabemos que a reunião de Líderes optou pela sua devolução ou mais do que isso, por não receber aqui as propostas do Emendão, por entender que ferem frontalmente os dispositivos constitucionais. E, agora, que marca um momento decisivo do Congresso Nacional, pois pretendemos limpar a pauta para garantir a entrada de vetos de fundamental importância, como o da política salarial, e desenvolver com tranquilidade e respeito nossos trabalhos nesta Casa, vários Parlamentares, inclusive de alguns partidos de Oposição, estão articulando para mudar ou tentar mudar a decisão tomada na reunião de Líderes.

Portanto, apelamos a S. Ex<sup>a</sup> para que venham para o plenário, para que possamos garantir o **quorum** desta sessão e resgatar o respeito da sociedade à existência de uma sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Deputados, não há mais condições de esperar.

A Presidência vai encerrar a votação.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. José Genoíno (PT—SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer uma indagação, e não uma afirmação.

Tivemos hoje uma reunião do Colégio de Líderes com o Presidente da Câmara dos Deputados. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se a Casa, a Mesa do Senado, o Vice-Presidente da Câmara — que é o Vice-Presidente desta sessão — têm conhecimento da reunião que está sendo realizada na Presidência da Câmara, com alguns Líderes. Parece-me que a reunião na Presidência da Câmara deve realizar-se com todos os Líderes. O Colégio de Líderes é presidido pelo Presidente da Câmara para tratar de certas matérias. Está havendo uma reunião da Presidência da Câmara com apenas alguns Líderes partidários? Segundo se comenta — não estou afirmando — essa reunião é para discutir o Emendão. Há alguma informação sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece, baseada também na manifestação do 1º Se-

cretário Inocêncio Oliveira, que a reunião com as Lideranças ocorreu na manhã de hoje, quando a Câmara dos Deputados fixou uma posição, já tornada pública, em relação a essa matéria que me dispense de comentar, porque o Presidente Ibsen Pinheiro certamente se incumbirá de fazê-lo na próxima reunião da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos encerrar a votação, lastimando que, apesar dos esforços da Mesa, da Presidência, do Presidente da Câmara dos Deputados e das Lideranças partidárias, não tenhamos alcançado **quorum** para a apreciação da matéria.

Em consequência, as matérias constantes da pauta ficam com sua apreciação adiada.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada:

— 2 —

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990 (Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mensagem nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 50, DE 1990 (Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mensagem nº 10-91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

#### PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. (Mensagem nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 16; e
- itens de programação constantes dos Anexos I e II.

**Prazo:** 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 3 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990**  
(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

**Prazo:** 10-11-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 1989**  
(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. (Mens. nº 23/91-CN.)

**Partes vetadas:**

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;
- art. 34;
- Parágrafo único do art. 37;
- art. 38;
- art. 39;
- art. 40;
- art. 41;
- art. 43;
- art. 44;
- art. 46;
- item IV do art. 48;
- § 1º do art. 50;
- art. 51;
- art. 53;
- art. 54;
- art. 55;
- art. 57;

- art. 61;
- art. 62;
- art. 63;
- art. 64;
- art. 67;
- art. 68;
- art. 69;
- art. 70;
- art. 71;
- art. 72;
- art. 73;
- art. 74;
- art. 75;
- art. 76;
- art. 77;
- art. 78;
- art. 79;
- art. 80;
- itens I, VII, IX, do art. 81;
- itens II, III e VII do art. 82;
- art. 83;
- art. 86;
- § 2º do art. 87;
- art. 88;
- art. 90;
- art. 91;
- art. 92;
- item V do art. 96;
- § 1º do art. 99;
- art. 100;
- art. 101;
- art. 105;

**Prazo:** 2-5-91

— Incluído em ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 21 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1989**  
(Nº 889/88, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230 — Transamazônica. (Mens. nº 55/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 1991**  
(Medida Provisória nº 294/91)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. (Mens. nº 37/91-CN.)

**Partes vetadas:**

- § 1º do art. 9º; e
- art. 34.

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 8 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1990

(Nº 3.287/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. (Mens. nº 38/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 9 —

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 1988

(Nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. (Mens. nº 39/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 10 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1991

(Nº 290/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mens. nº 40/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 11 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 1990

(Nº 2.912/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. (Mens. nº 41/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 12 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1991

(Nº 81/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. (Mens. nº 42/91-CN.)

**Parte vetada:**

— § 3º do art. 2º

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 13 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 1991

(Nº 4.575/90, na Casa de Origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações públicas. (Mens. nº 43/91-CN.)

**Partes vetadas:**

— § 2º do art. 1º; **caput** do art. 2º

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 14 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1990

(Nº 1.580/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. (Mens. nº 44/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 15 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 1990

(Nº 3.201/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. (Mens. nº 45/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 16 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 1990

(Nº 4.434/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. (Mens. nº 46/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.



## — 17 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1991  
(Nº 885/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. (Mens. nº 51/91-CN.)

**Partes vetadas:**

— art.º 3º e 5º

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 18 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1991  
(Nº 6/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1991 (nº 6/91, na Casa de origem), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências, tendo

— RELATÓRIO, sob nº 6, de 1991-CN, da Comissão Mista.

**Partes vetadas:**

— inciso IV do art. 1º

— parágrafo único do art. 1º; e

— parágrafo único do art. 3º

(Mens. nº 52/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 19 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 1984  
(Nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. (Mens. nº 53/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 20 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1990  
(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. (Mens. nº 54/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 21 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1990  
(Medida Provisória nº 151, DE 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

**Partes vetadas:**

— § 1º do art. 1º;

— § 2º do art. 1º;

— § 3º do art. 1º;

— art. 3º;

— § 1º do art. 4º

— art. 6º e seu parágrafo;

— parágrafo único do art. 7º;

— alínea e do parágrafo único do art. 16;

— § 5º do art. 18;

— § 2º do art. 20;

— art. 25; e

— art. 26.

**Prazo:** 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 22 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1990  
(Nº 6.821/85, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de “Rodovia Presidente Tancredo Neves”. (Mens. nº 56/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 23 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1991  
(Nº 516/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

## — 24 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 1990  
(Nº 3.672/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR — 364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. (Mens. nº 62/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 25 —

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 1984

(Nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. (Mens. nº 63/91-CN.)

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 26 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1991

(Nº 4.785/90, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. (Mens. nº 64/91-CN.)

**Partes vetadas:**

- § 1º do art. 9º;
- art. 10 e parágrafo; e
- art. 11.

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 27 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1991

(Nº 826/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN.)

**Parte vetada:**

- art. 40.

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 28 —

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1991

(Nº 825/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. nº 67/91-CN.)

**Parte vedada:**

- art. 100.

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 29 —

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1991

(Nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. (Mens. nº 68/91-CN.)

**Partes vetadas:**

- § 1º do art. 9º;
- parágrafo único do art. 12;
- art. 13 e §§ 1º e 2º;
- §§ 1º e 3º do art. 21;
- art. 27 e seu parágrafo único;
- art. 33 e seus §§ 1º e 2º;
- inciso IX do art. 34;
- parágrafo único do art. 39;
- art. 49; e
- art. 53.

**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**O Sr. Carlos Benevides** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. CARLOS BENEVIDES** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que registre a minha presença nas duas votações ocorridas nesta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Luiz Soyer** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUIZ SOYER** (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas esclarecer a todos os Srs. Parlamentares que concordam com a derrubada do veto referente ao item 6 da pauta, que trata das estradas vicinais para o Centro-Oeste, que, de acordo com a inversão de pauta aprovada hoje, esse item ficou em terceiro lugar. Portanto, faço este alerta à Casa, embora a votação efetivamente não se dê hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Líder Luiz Soyer que a inversão de pauta só prevalecerá para a sessão de hoje. Se alguém pretender reeditar a inversão, terá de fazê-lo na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 19h, destinada a apreciar os Projetos de Lei nºs 16 e 24, de 1991-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 23 minutos.)*

**RETIFICAÇÕES****ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA,  
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1991**

(Publicada no DCN, de 21-8-91)

**Retificações**

À página nº 2464, 2ª coluna, no § 2º da Mensagem nº 44, de 1991-CN (nº 273/91, na origem),

**Onde se lê:**

... regulada pela Lei nº 6.043, ...

**Leia-se:**

... regulada pela Lei nº 6.243, ...

Nas mesmas páginas e coluna, no § 3º da Mensagem nº 44, de 1991-CN (nº 273/91, na origem),

**Onde se lê:**

... referida Lei nº 6.043, ...

**Leia-se:**

... referida Lei nº 6.243, ...

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

**Semestral ..... Cr\$ 5.770,57**

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

**Semestral ..... Cr\$ 5.770,57**

**J. avulso ..... Cr\$ 117,93**

**Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do**

## **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF**

**CEP: 70160**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110 (abril a junho de 1991)

*Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.  
Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:*

**Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).**

**Cr\$ 4.500,00**

## COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil —  
*Alcides de Mendonça Lima* .....

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina — *André Franco Montoro* .....

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português — *Jorge Miranda* .....

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição — *Inocêncio Mártires Coelho* .....

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte — *Leomar Barros Amorim de Sousa* .....

Revisão constitucional — *Geraldo Ataliba* .....

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) — *Sebastião Baptista Afonso* .....

Mandado de injunção — *Marcelo Duarte* .....

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro — *Fran Figueiredo* .....

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação — *Vitor Rolf Laubé* .....

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita — *Geraldo Brindeiro* .....

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais — *Anamaria Vaz de Assis Medina* .....

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público — *Adilson Abreu Dallari* .....

Auditoria e avaliação da execução — *Rosineth Monteiro Soares* .....

Soberania do Poder Judiciário — *Antônio de Pádua Ribeiro* .....

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena* .....

A Escola Judicial — *Sálvio de Figueiredo Teixeira* .....

Da constitucionalidade do bloqueio de valores — *Adriano Perácio de Paula* .....

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais — *Marcos Juruena Villela Souto* .....

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro — *Werter R. Faria* .....

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico — *Mauro Márcio Oliveira* .....

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo — *José Arthur Rios* .....

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa — *Rubem Nogueira* .....

PESQUISA — Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961 .....

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 .....

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986 .....

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas .....

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 340 páginas, contém as seguintes matérias:

Medidas provisórias — *Rual Machado Horta*  
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 — *Gaspar Vianna*  
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional — *Arnoldo Wald*  
A autonomia universitária e seus limites jurídicos — *Giuseppi da Costa*  
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 — *Palhares Moreira Reis*  
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*  
Controle parlamentar da administração — *Odete Medauar*  
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais — *Adhemar Ferreira Maciel*  
O recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça — *Sálvio de Figueiredo Teixeira*  
Tribunal de Contas e Poder Judiciário — *Jarbas Maranhão*  
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da destinação — *Nelson Saldanha*  
A atuação dos procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes — *Vitor Fernandes Gonçalves*

Concerto de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste — *Mário Roberto Villanova Nogueira*  
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços — *José Carlos Costa Netto*  
Bem de família — *Zeno Veloso*  
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro — *Jorge Barrientos Parra*  
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo — *Yamil e Sousa Dutra*  
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação — *Edivaldo M. Boaventura*  
A biblioteca legislativa e seus objetivos — *Eduardo José Wense Dias*  
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores — *Dr. Daniel E. Moeremans*  
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español — *Antonio M<sup>e</sup> Lorca Navarrete*

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas —  
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —  
Praças dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF —  
Telefones: 311-3578 e 311-3579

**Assinatura para 1991**  
**(nºs 109 a 112):**

**Cr\$ 4.500,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**